

# Basta ao sucateamento

Michel Hartveld\*

Um distraído observador de geopolítica mundial, analisando a política econômica praticada no Brasil, poderia muito bem ter a falsa impressão de que este é um país governado por inventores de alguma superpotência estrangeira, com a missão de sabotar e destruir seu parque industrial.

O espanto de constatar que não existe intervenção estrangeira só seria menor do que a incredulidade em saber que essa política é formulada e conduzida por brasileiros e brasileiras, patriotas, residentes e domiciliados no país e com salários pagos em cruzados novos.

Incompetente para resolver o problema da inflação, pela aplicação de políticas fiscais e monetárias adequadas, nossos governantes se voltam para aquilo que lhes é mais fácil realizar: o controle de preços e salários, paliativo que consta do formulário populista universal, utilizado desde os primórdios da História por diversos governantes... sempre com o mais absoluto insucesso.

Ao Brasil cabe apenas o privilégio de ser o país que, em toda a História, por mais tempo conviveu, insanamente, com um severo controle de preços, lado a lado com um crônico processo inflacionário.

Um cínico estaria tentado a concluir que o controle de preços é, portanto, uma das principais causas da inflação.

Em nome de um controle da inflação, mas, na verdade, numa tentativa irrealista de controlar índices, vem o governo depreciando os preços dos setores básicos da economia, que, por serem mais concentrados, são mais fáceis de manipular.

Enquanto isso, os preços dos setores de ponta de mais difícil controle se formam apenas pelos mecanismos de oferta e demanda, ou seja, sob o efeito de políticas monetárias e fiscais que, nestes últimos anos, têm-se revelado particularmente frouxas.

Ora, a inflação do governo é medida pelo IPC que considera essencialmente esses preços de ponta e que, usado como indexador geral, impede o livre jogo dos preços relativos, que, em outras economias, desloca a demanda de um segmento para outro.

Não refletindo o livre jogo das forças de mercado — mas distorções geradas por decisões arbitrárias e casuísticas — os preços relativos acabam por gerar situações tão raras quanto perversas, como o fato de um quilo de aço custar menos, que um cafezinho, e uma simples malha de lã o mesmo que um fogão.

A essa altura da experiência histórica da inflação brasileira, já se deveria perceber que o controle de preços básicos não controla inflação alguma, provocando apenas uma enorme transferência de renda de setores da economia, que poupam, são tributados e têm maior efeito multiplicador para os segmentos de pouca — que poupam menos e são menos tributáveis — e que acabam por se apropriar da diferença entre os preços de seus produtos, formados pelo mercado, e os de seus insumos controlados pelo arbitrio de autoridade.

Toda a infra-estrutura industrial brasileira, arduamente construída, principalmente ao longo da década de 70 — que permitiu ao país enfrentar a crise de ajustamento dos anos 80 — vê-se agora ameaçada por uma política miope, que a vem levando lenta e inexoravelmente à deterioração.

Após o estrangulamento da Siderbrás, da Eletrobrás, da Telebrás (e agora também da Petrobrás!) e da indústria farmacêutica genuinamente nacional, o controle de preços vem-se empenhando, recentemente, com a mesma cegueira ou malícia, em direção à indústria petroquímica nacional.

A petroquímica brasileira construída de forma competente, ao longo dos últimos 20 anos, é o maior setor da economia brasileira de capital predominantemente privado e nacional. Por seu porte, é a sétima em importância no mundo, e sua significativa presença no mercado internacional permite-lhe dar importante contribuição ao balanço comercial do país, cujo saldo vem evitando que a economia brasileira caia em recessão ainda mais dramática.

Sujeita, desde sua criação, a um controle de preços que lhe afetava a lucratividade, mas não a impedia de crescer, a indústria petroquímica conseguiu conviver com preços administrados. A partir de 1980, porém, mas principalmente a partir dos meados de 1988, foi atingida pelo recrudescimento da política de controle e viu deteriorar-se sua equação econômico-financeira, com a imposição de preços que chegam, para vários produtos, a menos da metade dos praticados no mercado internacional. Com isto, está ameaçado o seu significativo programa de expansão que prevê investimentos de US\$ 6 bilhões nos próximos sete anos.

Côncio de sua contribuição para o desenvolvimento da economia nacional, o setor petroquímico não aceita a lenta destruição que lhe está sendo imposta como resultado da aplicação não de critérios, mas de falta de critérios.

A continuidade dessa política comprometerá fundamente a oferta de bens e serviços necessários ao desenvolvimento do país na próxima década. Com isto virão a inexorável perda de competitividade externa e o estrangulamento de nossa economia.

A quem interessa a manutenção dessa política absurda? Quem são os seus beneficiários? Seguramente não as indústrias, não o país, não o seu povo!

Não se pode perder mais uma década de trabalho e sacrifício. É hora de dar — enquanto é tempo — um basta à ação dos sucateadores da indústria nacional.